



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000161/2026

APROVADO
Em: 14/07/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, requer à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja enviado ofício à Exma. Sra. Prefeita Municipal para que determine que a Secretaria de Assistência Social - SAS, preste informações acerca das ações de resposta, recuperação, reconstrução e assistência às famílias atingidas pelas chuvas vítimas das famílias atingidas pelas chuvas de fevereiro de 2026 que ensejaram com a declaração de situação de emergência e do estado de calamidade pública pelo Decreto Municipal nº 17.693/2026.

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, foi instituída pela Portaria nº 6.558/2026, desta Casa Legislativa.

A Comissão tem por finalidade analisar, relatar, propor e fiscalizar a aplicação dos recursos Municipais e ainda dos recursos provenientes dos Governos Federal e Estadual decorrentes do Decreto Municipal nº 17.693/2026 que declarou situação de emergência e estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, compreendendo o acompanhamento da aplicação desses recursos, das contratações diretas, dos processos licitatórios, da cronologia e da evolução das obras

Além disso, visa a referida Comissão o acompanhamento das ações do município de assistência à população afetada pelo desastre, como a concessão do Auxílio Calamidade Municipal, Auxílio Reconstrução (Federal), Compra Assistida além de outros benefícios eventuais, na reconstrução das casas destruídas com os desabamentos ou na concessão de novas casas às famílias afetadas.

As informações deverão compreender todo período, desde a decretação do Estado de Calamidade Pública até a data da resposta deste pedido de informação.

Neste sentido, pergunta-se a **Secretaria de Assistência Social:**

1 - Quantas famílias foram atingidas pelas chuvas que ensejaram a declaração de calamidade pública em nosso Município? A resposta deve levar em consideração a distinção de Famílias atingidas, Famílias cadastradas e Famílias efetivamente elegíveis) devemos considerar os conceitos utilizados oficialmente pela Defesa Civil, Sec. Assist. Social e CadÚnico

2 - Quantas famílias foram atingidas pelas chuvas, com perdas materiais ou danos nas moradias cadastradas pelo município?

- 3 - Quantas famílias atingidas pelas chuvas foram cadastradas em situação de desabrigo?
- 4 - Quantas famílias atingidas pelas chuvas foram cadastradas para receber algum auxílio municipal, estadual ou federal? Discriminar qual benefício.
- 5 - Quantas famílias atingidas pelas chuvas e em situação de desabrigo foram contempladas com o Auxílio-Moradia, previsto na Lei nº 14.214/2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 16.545/ 2024?
- 6 - Quantas famílias atingidas pelas chuvas permanecem atualmente em situação de desabrigo e continuam percebendo Auxílio-Moradia e quantas famílias deixaram de receber auxílio moradia, indicando os motivos?
- 7 - Quantas famílias cadastradas foram consideradas aptas ao recebimento do Auxílio Calamidade Municipal?
- 8 - Quantas famílias cadastradas e aptas foram efetivamente contempladas com Auxílio Calamidade Municipal? Por que famílias patas eventualmente não receberam?
- 9 - Quantas famílias cadastradas foram consideradas aptas ao recebimento do Auxílio Reconstrução, do Governo Federal e quantas famílias aptas ainda aguardam pagamento?
- 10 - Quantas famílias cadastradas e aptas foram efetivamente contempladas com o Auxílio Reconstrução, do Governo Federal?
- 11 - Qual a previsão para a concessão do Auxílio Reconstrução, do Governo Federal, para as famílias cadastradas e aptas que ainda não receberam o benefício? Informar cronograma oficial de pagamento e eventual comunicação recebida pelo Governo Federal.
- 12 - Das famílias atingidas pelas chuvas, cadastradas cujos pedidos de Auxílio Moradia, Auxílio Calamidade Municipal e de Auxílio Reconstrução foram improcedentes, quais as ações de resposta, assistência, recuperação e/ou reconstrução vêm sendo promovidas pelo Município para atendimento dessas famílias? Informar quantitativo de famílias nessa situação.
- 13 - O Município oferece serviço de acompanhamento psicológico às famílias atingidas pelas chuvas?
- 14 - Em caso afirmativo, qual o número atual de crianças e adultos em acompanhamento psicológico em decorrência dos eventos relacionados à calamidade pública?
- 15 - Existe fila de espera para acesso ao serviço de acompanhamento psicológico?
- 16 - Qual o tempo médio estimado de espera para início do acompanhamento psicológico?
- 17 - Considerando que o acompanhamento psicológico, em regra, demanda tratamento contínuo e de longo prazo, quais medidas estão sendo adotadas pelo Município para ampliar a oferta do serviço, reduzir ou eliminar a fila de espera e garantir a continuidade do atendimento aos usuários?

18 - Há outras ações, programas, benefícios ou medidas desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social em favor das famílias atingidas pelas chuvas que não tenham sido contempladas nos questionamentos anteriores? Em caso afirmativo, favor detalhá-las, constando as seguintes informações:

a) Número de psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais vinculados ao atendimento das famílias atingidas.

b) Em quais equipamentos públicos ocorre o atendimento (CRAS, CREAS, unidades móveis, escolas, abrigos, etc)?

c) Quantas crianças e adolescentes permanecem em acompanhamento psicossocial em razão dos eventos da calamidade?

d) Todos os benefícios eventuais concedidos às famílias atingidas, indicando quantidade, natureza do benefício, valor individual e critério de concessão.

e) Quantas famílias já receberam moradia definitiva, quantas aguardam reassentamento e qual o cronograma previsto.

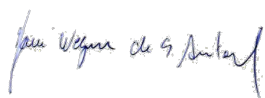
f) Quantas famílias foram inseridas em programas habitacionais municipais, estaduais e federais em decorrência da calamidade.

g) Informar se houve integração de cadastros da Defesa Civil, Assistência Social, Habitação e Governo Federal, indicando eventual divergência entre essas bases.

Por fim, solicita-se que as respostas sejam acompanhadas da documentação pertinente, especialmente relatórios técnicos, planilhas, demonstrativos, cronogramas, convênios, termos de parceria, instrumentos de repasse, notas de empenho, ordens de serviço, cadastros consolidados, documentos de prestação de contas e demais elementos que permitam o pleno exercício das atividades de fiscalização desta Comissão Especial.

Assim, contamos com apoio do Plenário na certeza da importância deste Pedido de Informação.

Palácio Barbosa Lima, 14 de julho de 2026.



João Wagner de Siqueira
Antoniol

Vereador João Wagner Antoniol -
MDB



Jefferson Da Silva Januário
Vereador Negro Bússola - PV



Laiz Perrut Marendino

Vereadora Laiz Perrut - PT



Carlos Alberto de Mello

Vereador Sargento Mello Casal -
PL



Carlos José de Souza
Vereador Fiote - PDT

